

Impacto da inflação no poder de compra e a desvalorização da moeda

Impact of inflation on purchasing power and currency devaluation

Submetido em: 28/11/2021

Aprovado em: 01/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-23, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.225

1

Lucas Gabriel Diogo Higino

Resumo

A inflação é caracterizada como aumento contínuo dos preços, provocada pela perda do poder de compra e a desvalorização da moeda. Partindo para uma esfera econômica quanto a situação financeira de um país, a liquidez de uma moeda está atrelada a política monetária adotada pelo governo vigente. Em conformidade com esses argumentos, esse trabalho teve como objetivo estudar a variação e as trocas de moeda no decorrer dos anos e a relevância do índice IPCA no orçamento das famílias. A pesquisa teve como base um levantamento bibliográfico com o apoio de artigos, livros e periódicos que já se delimitaram ao estudo desta problemática. Foi utilizado dados do IPCA, que é considerado o índice oficial da inflação do Brasil, medido e divulgado pelo IBGE. A pesquisa contém imagens, representadas através de tabelas demonstrando a trajetória e a evolução da moeda no Brasil. A inflação é definida como a elevação de preço dos itens básicos de consumo, por ser um que mede os preços de forma geral, a alta isolada de um determinado produto, bem ou serviço não pode ser considerada como inflação. Moeda brasileira ao longo dos anos passou por diversas alterações que afetaram a liquidez da economia e o poder aquisitivo dos consumidores. Esta pesquisa apresenta a problemática de como a moeda brasileira passou por mudanças ao longo, por causa dos índices inflacionários altos. Esse estudo se justifica na relevância do tema para a sociedade de forma geral, e não somente para profissionais da administração, contabilidade e economia. Através da análise e mensuração dos dados, obteve-se como resultado de que o poder de compra da população está concentrado em grande parte na aquisição de produtos e serviços básicos que compõe a cesta básica do IPCA. Por outro lado, quanto aos planos econômicos adotados no Brasil, todos eles tiveram em comum objetivo de estabilizar a economia, contendo a alta desenfreada nos preços

Palavras-chave: Inflação, Moeda, Poder de compra.

Abstract

Inflation is characterized as a continuous increase in prices, caused by the loss of purchasing power and currency devaluation. Starting with an economic sphere as the financial situation of a country, the liquidity of a currency is linked to the monetary policy adopted by the current government. In accordance with these arguments, this work aimed to study the variation and exchanges of currency over the years and the relevance of the IPCA index in household budgets. The research was based on a bibliographic survey with the support of articles, books and

periodicals that have already delimited themselves to the study of this issue. Data from the IPCA was used, which is considered the official inflation index in Brazil, measured, and released by the IBGE. The research contains images, represented through tables showing the trajectory and evolution of the currency in Brazil. Inflation is defined as the rise in the price of basic consumer items, since it is one that measures prices in general, the isolated rise of a particular product, good or service cannot be considered inflation. Brazilian currency over the years went through several changes that affected the liquidity of the economy and the purchasing power of consumers. This research presents the problem of how the Brazilian currency has undergone changes over the course of the high inflation rates. This study is justified by the relevance of the topic for society in general, and not just for professionals in administration, accounting, and economics. Through the analysis and measurement of the data, it was obtained as a result that the population's purchasing power is largely concentrated in the acquisition of basic products and services that make up the IPCA's basic basket. On the other hand, as for the economic plans adopted in Brazil, they all had the common objective of stabilizing the economy, containing the unbridled rise in prices.

Keywords: Currency, Purchasing Power, Inflation.

1 Introdução

Em uma ótica macroeconômica, entende-se, que o padrão de consumo das famílias está diretamente ligado a situação econômica em que o país se encontra. No cotidiano a palavra inflação é constantemente mencionada nos jornais ou noticiários. Inflação pode ser contextualizada como fenômeno caracterizado pela elevação dos preços, fazendo com que ocorra a desvalorização da moeda. Para Vasconcellos e Garcia (2019) a inflação é definida como alta contínua dos preços de bens e serviços, não se caracterizando como inflação a alta isolada de determinado bem ou serviços. O poder de compra caracteriza-se na capacidade aquisitiva dos agentes econômicos, ou seja, quanto recurso o consumidor tem em sua disponibilidade para adquirir um bem ou serviço, se comparado a inflação de um período com outro é perceptível a variação dos indicadores que mensuram o poder de compra da moeda nacional.

Partindo dessa explanação esse trabalho levanta o seguinte problema: a instabilidade e as mudanças da moeda brasileira ao longo dos anos, como fato gerador as constantes mudanças de política monetária, para o controle do índice inflacionário, e a variação e o peso da inflação, quanto a cesta básica de consumo das famílias brasileiras. O presente trabalho teve como objetivo estudar a variação e as trocas de moeda no decorrer dos anos e a relevância do índice IPCA no orçamento das famílias. A pesquisa justifica-se na ideia levar o pleno conhecimento não apenas para profissionais contábeis, administradores economistas e acadêmicos, mas

dirige-se a todas as camadas da sociedade. O poder de compra de uma moeda está vinculado à fatores como crise hídrica, choque de oferta e demanda, alta do dólar e a valorizando do petróleo, que tem o seu preço indexado ao mercado internacional. Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, através de levantamentos já existentes sobre o assunto e a construção de exemplo prático, através de dados disponibilizados pelo IBGE. Utilizou-se também figuras e gráficos como mensuração dos dados e informações coletadas.

À análise dos dados resultantes do foco principal da pesquisa, permitiu exemplificar como um período inflacionário pode desabilitar a economia. Tal fenômeno é evidenciado nas várias trocas de políticas de monetárias de substituição de moeda, todas elas tinham em comum objetivo, fazer com que a economia nacional voltasse a crescer. O trabalho estrutura-se em 4 capítulos, apresentando-se no primeiro a introdução com uma breve demonstração dele, no segundo é demonstrado a metodologia da pesquisa. No terceiro apresenta-se o referencial teórico, o no qual discorre-se a fundamentação para a base do desenvolvimento da pesquisa. No quarto apresentam-se os resultados e discussões acerca da pesquisa realizada, com o objetivo de responder a problemática proposta. Na sequência realizam-se as considerações finais.

2 Referencial teórico

2.1 Sistema Financeiro Nacional

O conceito de sistema financeiro nacional, para Neto (2021) pode ser entendido, como um conjunto de instituições, que tem como objetivo fazer a intermediação de recursos entre agentes superavitários (agentes econômicos que dispõe de recursos para emprestar) e deficitários (agentes que precisam tomar recursos emprestados). Foi constituído pela lei n 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (Lei da Reforma Bancária), é composto por subsistemas normativos e de intermediação financeira. O subsistema normativo atribui as diretrizes e normas de atuação para as empresas, que visam operar no mercado financeiro. O subsistema de intermediação financeira tem como premissa procurar recursos no mercado financeiro, fazendo a ponte entre diversos agentes do mercado.

Agentes econômicos superavitários são todos que apuram fluxos de entrada de caixa (rendimentos) superiores aos seus fluxos de pagamentos. Os agentes deficitários são aqueles que incorrem em gastos de consumo e investimentos maiores que suas disponibilidades de caixa (NETO, 2021, p.43).

2.2 Conselho Monetário Nacional - CMM

O Conselho Monetário Nacional, de acordo com Neto (2021) é o órgão normativo superior do Sistema Financeiro Nacional, possui caráter normativo e não desempenha nenhuma função executiva. É o órgão responsável por garantir o bom funcionamento do sistema financeiro, e o controle da economia nacional. Dentre as suas principais atribuições destaca-se a de formular toda a política monetária e creditícia, tendo como objetivo atender os interesses da economia de um país. É composto por três representantes, são eles: Ministro da Fazenda, Ministro de Planejamento e o Presidente do Banco Central. Entre as principais atribuições do CMN, destaca-se fixar as diretrizes e as normas da política cambial, assim como regulamentar as operações de câmbio, visando ao controle da paridade da moeda e ao equilíbrio do balanço de pagamentos (NETO, 2021, p. 47).

2.3 Banco Central do Brasil - BACEN

O Banco Central do Brasil, segundo Carrete e Tavares (2019) é o responsável pelo controle da inflação e atua na regulação do montante de moeda em circulação. Foi criado pela Lei n 31/12/1964, é considerado como banco dos bancos, o banco central fiscaliza as instituições financeiras que atuam no mercado, para o cumprimento das normas de contabilidade e estatística, designadas pelo Conselho Monetário Nacional, com exceção, as instituições que atuam como Shadow Banking ou Sistema de “banco sombra”, essas instituições atuam de forma paralela ao Sistema Financeiro Nacional, pois não se sujeitam a nenhuma norma ou diretrizes. Entre as atribuições do Banco Central, destacam-se: emitir papel-moeda e moeda metálica, regular o mercado de câmbio atuando como depositário das reservas internacionais, controle do crédito, autoriza e fiscaliza o funcionamento das instituições financeiras e administra a dívida pública.

2.4 Casa da Moeda do Brasil - CMB

A Casa da Moeda Do Brasil foi criada no dia 8 de março de 1694, como diz Reis (2021) foi criada com o intuito de fazer a cunhagem das moedas de ouro em circulação na época, essas moedas eram de origem portuguesa ou espanhola. Inicialmente a Casa da Moeda surgiu na cidade de Salvador, mas logo depois, foi transferida para o Rio de Janeiro, passando também um breve período na capital do Pernambuco, Recife. Atualmente está situada no distrito industrial do Rio de Janeiro, tem a capacidade de produzir até 3 bilhões de cédulas e 4 milhões de moedas por ano. A Casa da Moeda além da produção do dinheiro em circulação no país, possui outras funções como imprimir selos postais, fiscais, federais, títulos da dívida pública federal e a fabricação de passaportes. Para produzir o dinheiro que circula no país, a Casa da Moeda, depende da autorização do Banco Central, que é orientado pelo governo, através do Conselho Monetário Nacional, basicamente, a Casa da Moeda só pode produzir o dinheiro de acordo com a necessidade da economia nacional.

O Banco Central define anualmente, junto com essa instituição, a quantidade de cédulas e moedas que devem ser produzidas. Ou seja, a CM fabrica o dinheiro e o Bacen emite, distribui e controla os meios circulantes (REIS, 2018).

2.5 Política monetária

A política monetária é definida como um conjunto de medidas adotadas por um governo de um determinado país, para controlar e monitorar o desenvolvimento da economia nacional. Essas medidas que são traçadas através dessas políticas monetárias abrangem a economia de maneira geral, os consumidores são os mais afetados, positivamente ou negativamente, quando o cenário vem bem ou mal, isso é evidenciado pelo consumo das famílias e o índice de inflação, que nada mais é do que a alta contínua dos preços. De acordo com Reis (2021) o principal foco das políticas monetárias é manter a estabilidade da economia, isso vai desde controlar a quantidade de dinheiro em circulação, estabelecer as metas de inflação para os respectivos anos. O Brasil, no que diz respeito a seu estado econômico, possui oscilações e volatilidades, sendo um ambiente propício para aplicar as políticas monetárias. Em países desenvolvidos é comum passar um grande intervalo de tempo, sem sofrer alterações macroeconômicas, na condução das suas políticas. Entre os anos de 2016 e 2018 o Brasil passou de uma política contracionista para uma expansionista. O país enfrentou um período de inflação, de 2014 a 2016, por causa das

políticas estimulantes de consumo que não gerava resultados satisfatórios para o bom funcionamento da economia. De acordo com Reis (2021), os principais tipos de políticas monetárias existentes no Brasil, são:

Open Market: mercado aberto em que os bancos realizam operações de compra e venda de títulos federais. Quando o governo efetua a compra de títulos, ele insere moeda na economia como incentivo a política expansionista. Ao ser efetuada a venda, é retirada moeda da economia e trocada por títulos. A venda de títulos faz parte de uma política restritiva, sendo utilizada para reduzir a liquidez da economia.

Taxa de redesconto: é o empréstimo concedido pelo Banco Central as instituições financeiras, por isso o título de “banco dos bancos”.

Deposito compulsório: recolhimento feito pelos bancos, direcionado ao Banco Central, podendo ser feito através de moeda ou em títulos federais.

2.6 Conceito, funções e tipos da moeda

De acordo com os estudos realizados por Vasconcelos e Garcia (2019) o conceito de moeda pode ser entendido como um meio de intermediação no mercado financeiro, conhecida popularmente quanto a seu uso para o pagamento de bens e serviços.

A aceitação da moeda é garantida por lei, pois a moeda possui curso forçado. Antes da criação da moeda, no mercado financeiro, o fluxo de trocas de bens e serviços era classificado como escambo, pois acontecia a troca direta de mercadorias por mercadoria. Ao longo do tempo metais preciosos assumiram a função da moeda, mas era levado em consideração fatores como limitação na natureza, durabilidade e resistência (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019, p.191)

Para o controle da moeda em circulação o governo criou a cunhagem da moeda de onde se originou a moeda metálica. O atual papel-moeda teve sua origem na moeda-papel. Anos atrás as pessoas que tinham posse em ouro, por questões de segurança, confiavam as suas reservas em casas especializadas (embriões do atual sistema bancário) em que o ourives, sendo o profissional responsável por trabalhar com ouro e a prata, emitiam certificados de depósito de metais. “Como qualquer mercadoria, moeda tem seu preço e quantidade determinados pela oferta e demanda. A oferta de moeda de moeda é o suprimento para atender as necessidades da coletividade” (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019, p.192).

Esses metais eram utilizados principalmente na aquisição de bens e serviços. Para Vasconcellos e Garcia (2019) as pessoas podiam fazer os devidos pagamentos com esses

certificados, por serem transferíveis, o novo detentor do título poderia retirar o montante do metal correspondente ao metal, com o ourives.

Por ser uma forma segura e confiável de pagamento, os certificados de metal passaram a ter livre circulação, tendo aceitação geral, pois possuíam lastro e podiam ser convertidos em ouro a qualquer momento. No decorrer dos anos o lastramento tornou-se menor que 100%, devido ao montante de ouro não utilizado que permanecia da mão do ourives. Surgiu então, a emissão da moeda-papel em benefício próprio, sem nenhum lastro. No século XVII surgiu os Bancos Comerciais Privados, esses bancos emitiam notas ou recibos bancários que logo passaram a circular, dando origem ao papel-moeda (VASCONCELLOS E GARCIA, 2019, p.192)

A moeda é definida como uma forma de pagamento, utilizada de forma legal para fazer transações. Segundo Neto (2021), a função básica da moeda é a troca de valores para aquisição de bens ou serviços, viabilizando o funcionamento da economia de um país. A moeda desempenha, algumas funções de suma importância para o bom funcionamento econômico.

À moeda atua como instrumento de troca, de acordo com Neto (2021) executando o intercâmbio de bens e serviços, serve também, como medida de valor, pois permite fazer comparações de distintos valores monetários. Outra função da moeda é servir de moeda de reserva de valor, permitindo a possibilidade de agentes econômicos pouparem recursos, para uso posterior. Essa função atribui a moeda liquidez absoluta, onde o agente econômico pode fazer a qualquer momento, a conversão imediata em ativos (financeiro ou real). Porém, essa característica, é afetada em um cenário de inflação, ocorrendo a diminuição do poder de compra a elevação dos preços.

A circulação da moeda, é caracterizada no passado, com garantia do lastramento em ouro. As moedas eram emitidas somente se possuíssem equivalência em ouro, como reserva, tendo como finalidade permitir a sua conversão. Através do crescimento das atividades econômicas e a expansão do mercado financeiro, tornou-se inviável fazer o lastro da moeda em ouro, por isso criou-se a moeda sem lastro, moeda fiduciária (NETO, 2021, p.10)

Com evolução dos sistemas financeiros no mundo de acordo com Neto (2021) o ouro passou de opção de investimento, a mercadoria, sem os tradicionais mecanismos de câmbio, os investidores passaram a ter autonomia para tomar decisões quanto a defesa de seus capitais, podendo escolher os melhores mercados para investimento.

Os mercados financeiros mais estáveis vêm oferecendo a seus investidores mecanismos atraentes para a segurança das operações e reduzir a especulação geral. Com isso, o ouro deixa de ser o único ou mais importante refúgio de capital diante das crises econômicas e instabilidades políticas, perdendo sua tradicional importância para outros ativos mais líquidos e estáveis (NETO, 2021, p.11)

As moedas, podem ser classificadas em três tipos, segundo Vasconcellos e Garcia (2019) são elas:

Moedas metálicas: são emitidas pelo Banco Central e constituem parcela da oferta monetária e facilitam as operações de pequeno valor como unidade monetária fracionada (troco);

Papel-moeda: também emitido pelo Banco Central, corresponde a parcela significativa da quantidade de dinheiro em poder da economia;

Moeda escritural: é representada pelos depósitos a vista (depósitos em conta corrente).

2.7 Plano Real

O Plano Real, foi um plano econômico, criado em 1994, durante o governo do presidente Itamar Franco de acordo com os estudos realizados por Reis (2018) o foco principal do Plano Real era a estabilização da economia nacional e promover o fim da hiperinflação, logo após um período de crise econômica no Brasil. Uma série de pacotes econômicos foram de relevância para a criação do Plano Real tais como, congelamento de preços e o Plano Collor, tentativas sem sucesso para estabilização da economia. As políticas econômicas anteriores ao Plano Real, fez com que o Brasil, no ano de 1994, a ter um índice de inflação de 46,58% ao mês. A adoção do real como moeda oficial, fez o Brasil atingir a estabilidade econômica, controlando a inflação consequentemente aumentando o poder de compra.

A alta constante dos preços fazia com que as pessoas perdessem a noção de preço dos itens, como por exemplo, o preço das bebidas por volta dos anos 1990, chegava a ter 5 casas numéricas. Por causa da desvalorização da moeda, o Brasil necessitou mudar a sua moeda oficial algumas vezes. Algumas dessas moedas, de acordo com os estudos realizados por Reis (2018) foram:

- **Cruzado** (1986);
- **Cruzado Novo** (1989);
- **Cruzeiro** (1990);
- **Cruzeiro Real** (1993).

As trocas contínuas de moeda se deram pela tentativa de estabilizar os preços na economia, pois alta contínua dos preços prejudicava em maior medida a população mais carente, que não tinha nenhuma proteção contra a hiperinflação. Tal efeito contribuiu para o aumento da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Antes da criação e o sucesso do Plano

Real, vários planos econômicos foram implementados no país como tentativa de estabilizar a economia, de acordo com Reis (2018) foram esses os planos:

Plano Cruzado (1896): teve como marca o congelamento dos preços, o contínuo aumento dos impostos e a adoção do Cruzado como moeda oficial.

Plano Bresser (1987): congelou os preços por 3 meses e causou a desvalorização imediata de 10% no dólar.

Plano Verão (1989): estabeleceu o Cruzado Novo como moeda oficial, elevando a taxa de juros e o congelamento dos preços, neste ano a inflação brasileira chegou 1972%.

Plano Collor I (1990): realiza a troca de moeda, que depois de um tempo voltou a ser chamar cruzado. A principal medida desse plano foi o confisco da poupança da população e de outros ativos financeiros.

Plano Collor II (1991): anunciou o congelamento de preços e medidas para acelerar a produção do país. Também acabou com a indexação de preços para controlar a inflação.

Esses planos tinham como características e medidas em comum. De acordo com Reis (2018) essas medidas se dividiam em troca de moeda, congelamento de preços e confisco da poupança e contenção de salários. O Plano Collor confiscou a poupança da população, como objetivo principal limitar os recursos em circulação na economia, como estratégia de conter o aumento dos preços. Na época o governo anunciou também a contenção dos salários. Tais medidas além de não conseguirem conter a inflação, conquistaram a insatisfação popular quanto a gestão do atual presidente. Os anos 1990 também foram marcados pelo aumento de tarifas e impostos, tendo como expectativa reduzir a demanda e o consumo da população e reduzir o déficit público.

Os economistas que foram responsáveis pelo Plano Real, dividiram a implementação do Plano Real em 3 fases principais. Tal feito fez com que o real se tornasse a moeda vigente até os dias atuais. Segundo Reis (2018) as 3 etapas principais do Plano Real foram:

Programa de Ação Imediata (PAI): foi responsável pelo ajuste fiscal da economia, pois era necessário equilibrar as contas públicas através de um arrocho orçamentário. Nessa etapa destacou-se também um plano de privatizações e medidas que para alcançar um superávit primário. Basicamente essa fase do Plano Real, tinha como objetivo de reduzir as despesas do governo, e aumentar as receitas da união. Tal ocorreu por volta de 1993 e 1994.

Implementação da Unidade Real de valor (URV): teve como proposito a desindexação da economia, pois se tratava de uma moeda vinculada a cotação do dólar do dia anterior. Através

dessa política cambial, era mais fácil manter a referência dos preços na economia. Depois da implementação da URV, seriam marcados como valor de URV. Porém ao fazer o pagamento, esses eram convertidos em moeda circulante no caso o Cruzeiro Real.

Lançamento do Padrão Monetário Real: lançamento oficial do real, como moeda no dia 1 de julho de 1994. Nessa época quem possuía Cruzeiros Reais (CR\$) deveria fazer a conversão para o real. Nesse sentido, o governo determinou a conversão de R\$ 1,00 para cada CR\$ 2.750,00.

O sucesso econômico do lançamento do real foi tão grande que a moeda conseguiu se consolidar por quase três décadas. E para um país que havia passado por tantas trocas monetárias em tão pouco tempo, essa consolidação foi uma grande conquista (REIS, 2018).

2.8 Poder de compra

O conceito de poder de compra pode ser entendido como a capacidade aquisitiva para comprar um bem ou serviço, com uma certa quantia. Na prática, usa o parâmetro, a quantidade x de um produto, que no passado era adquirido com determinado valor, e um cenário atual, os agentes econômicos, são obrigados a se dispender de mais recursos, para manter o padrão de consumo. O poder de compra está diretamente ligado ao cenário econômico do país, pois os índices inflacionários afetam o consumo e o orçamento das famílias. Normalmente os bancos centrais definem a política monetária de cada país, estabelecendo a meta de inflação para cada ano. Como é evidenciado por Reis (2018), o poder de compra está relacionado com os índices de inflação, cabe as autoridades monetárias regular o montante de dinheiro em circulação na economia e definir as metas de inflação.

Existem fatores que contribuem para a alta inflacionaria de um país. Esses fatores de acordo Rocha (2021) são distinguidos em:

Choque de oferta: aumento de demanda, superior a quantidade de oferta.

Crise hídrica: a baixa capacidade das usinas hidroelétricas, leva a ativação das termelétricas, gerando um custo alto, que é repassado a população, na conta de luz.

Aumento do preço dos combustíveis: a desvalorização do real e a baixa oferta de petróleo ocasionaram os respectivos aumentos da gasolina e do diesel. Alta no preço dos combustíveis afeta também o preço dos alimentos, pois a maior parte do transporte de alimento é feito por caminhões.

Alta do dólar: a desvalorização do real, diz respeito a insumos importados com os preços mais elevados. Diferentes campos da indústria nacional dependem de matérias primas e insumos de fora do país. A alta dos preços é repassada para os clientes no mercado interno.

2.9 Inflação

A inflação é definida segundo Vasconcellos e Garcia (2019) como um aumento contínuo dos preços. Não se considera como inflação, a alta em particular de determinado bem ou serviços. Os efeitos da inflação são notórios, ao observar a distribuição de renda, por ser um índice que corresponde relativamente ao poder e aquisitivo das classes ou agentes econômicos.

Em linhas gerais, as causas da inflação estão associadas a conflitos distributivos, ou seja, à tentativa de os agentes manterem ou aumentarem sua posição na distribuição do “bolo” econômico: empresários defendendo suas margens de lucro, trabalhadores tentando manter seus salários e o governo mantendo sua parcela por meio de impostos, preços e tarifas públicas (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019, p. 252).

Índice de inflação, pode ser entendido, de acordo com Neto (2021) como elevação dos preços, pois os consumidores perdem o poder de compra, levam-se em consideração a alta generalizada dos preços, maior será o número de pessoas que estará em condições de manter o padrão de consumo. As pessoas optam por reduzir a quantidade consumida, ou então procurando por opções alternativas de consumo, como por exemplo, a carne bovina, que em 2021 conseguiu ter um índice de preço superelevado, fazendo com que os consumidores procurem outras opções como frango, peixe e ovos, conseqüentemente a procura por tais produtos, ocorre também a alta dos preços. A estabilização da economia passa pelo equilíbrio entre a quantidade de moeda em poder das pessoas e a oferta de bens e serviços. O montante de dinheiro circulação e a emissão exagerada de papel-moeda, para cobrir os gastos da União, é uma das causas da inflação. As variações nos índices de preço são controladas principalmente pelo Banco Central e adoção de políticas econômicas.

No contexto de inflação os consumidores perdem poder de compra. Diante de uma alta generalizada dos preços, menos pessoas estará em condições de manter seu padrão de consumo, consumindo um volume menor de bens e serviços. Em situação de deflação o produtor/vendedor perde margem de lucro, pois é forçado a oferecer seus produtos a um preço menor (ASSAF NETO, 2021, p.15).

O fenômeno inflacionário pode estar ligado a fatores externos e internos, segundo Marques (2020) a inflação pode incluir também fatores políticos. Alta dos preços está diretamente relacionada à inflação, pois é possível que o consumidor sentir no bolso o aumento

dos preços, isso porque os comerciantes são obrigados a repassar para os consumidores, os produtos com os respectivos aumentos. “Para medir a inflação, existem índices que acompanham as oscilações dos preços” (MARQUES, 2020).

A camada mais baixa de sociedade para Viceconti e Neves (2021) são os que mais sofrem com os efeitos de inflação, pois a elevação dos preços de bens e serviços, junto a alta desenfreada dos juros, faz com que os agentes econômicos, percam o poder de compra, isto é, trabalhadores assalariados acabam sofrendo paulatinamente, a redução dos salários.

Em uma matéria publicada no site UOL ECONOMIA por Oliveira (2021) foi exposta a visão de alguns economistas sobre a atual situação econômica do país. Evidencia-se que a alta contínua dos preços todo mundo, porém no Brasil esse cenário é agravado pela incerteza sobre as políticas de gestão do governo atual. O ministro da economia Paulo Guedes afirma que a inflação está mais alta em todo mundo. Em 2020 esse índice passou de 3,5% para 4,5%, alavancada por fatores como: aumento de exportação de matéria prima, mudança de consumo e aumento mundial do consumo de petróleo, valorizando em até 50% o uso dessa matéria prima, em 2020. Para um grupo de economistas o problema se agrava no Brasil, é a falta de políticas concretas para segurar a alta de preços em alguns setores.

A alta inflacionaria atinge severamente o orçamento das famílias brasileiras, reduzindo o poder de compra. Os brasileiros estão pagando mais caro para ter acesso a bens e serviços considerados como básicos. Em uma matéria publicada no site DIÁRIO DA REGIÃO, por Nunes (2021) é falado sobre como o preço de itens como gás de cozinha, do combustível e dos alimentos atinge a população de baixa renda. A inflação além de apertar o orçamento das famílias, impacta o país de forma negativa, retirando o poder de compra dos consumidores.

Com a redução do consumo, a indústria diminui a produção, adiando a retomada econômica.

O aumento do custo do botijão de gás, do litro do combustível e do preço dos alimentos contribui para elevar a inflação e a escassez das chuvas além de prejudicar a produção de alguns alimentos, também reajusta o preço da energia elétrica, pois com os reservatórios das hidroelétricas abaixo da capacidade, o governo é obrigado a ativar as usinas termoeletricas, repassando os custos na tarifa dos consumidores (NUNES, 2021, DIÁRIO DA REGIÃO)

De acordo com Vasconcellos e Garcia (2019) os principais tipos de inflação são:

Inflação de custos: pode ser considerada como inflação de oferta, pois está ligada diretamente a oferta de serviços. Esse tipo de inflação está relacionado a diversas variáveis como aumento dos salários, taxas de câmbio, custo de matéria-prima e insumos necessários para a produção.

Inflação de demanda: ocorre o efeito inverso à inflação de custos. Quando a demanda por um produto ou serviço aumenta, o preço sobe e a quantidade ofertada não sofre alteração.

Inflação inercial: comparada aos outros tipos de inflação, é observado uma certa estabilidade dos preços. Porém, é considerada uma das teorias mais complexas da economia, pois também pressupõe um aumento contínuo dos preços, embora que não seja muito alto.

2.10 IPCA – índice de preço do consumidor amplo

Para explicar como é medido os índices de inflação no Brasil, Reis (2018) considera, o IPCA como o índice oficial da inflação no Brasil. Pode se dizer que quando ocorre o aumento do IPCA, o custo de vida da população ficou mais alto. A cada ano o Banco Central divulga uma meta para inflação que deve ser seguida com a finalidade de fazer o levantamento aproximado de como está sendo o orçamento das famílias brasileiras, podendo variar de acordo com o intervalo de tolerância permitido. A meta de inflação corresponde a um percentual pré-estabelecido pelo IPCA. O cálculo do IPCA, é baseado com base no consumo das famílias com renda mensal de 1 a 40 salários-mínimos, possuindo abrangência ampla, buscar garantir fazer a cobertura de 90% das famílias em áreas urbanas.

O cálculo e a divulgação do IPCA, são realizados pelo IBGE, de 1 a 30 ou 31 de cada mês, nas principais capitais brasileiras regiões metropolitanas são elas: Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória, Porto Alegre, Brasília Goiânia e Campo Grande. O levantamento desses dados, ocorre em estabelecimento comerciais e de prestação de serviços. O cálculo do IPCA é realizado com a divisão em grupos, são eles: alimentação e bebida, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação.

3 Metodologia

A pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p.47)

Diante disso, o presente trabalho apresenta como método de abordagem a pesquisa quantitativa. Quanto à natureza e, por envolver verdades e interesses universais, a pesquisa teve um caráter básico. Por outro lado, quanto aos seus objetivos, a pesquisa esteve voltada para um método explicativo. Todavia, quanto aos procedimentos adotados, a pesquisa primou em fundamentos bibliográficos. À pesquisa básica ou fundamental tem como objetivo trazer respostas para, sobre um problema ou situação que afeta toda a sociedade ou determinado grupo. De acordo com Gil (2007) as pesquisas básicas são motivadas pela curiosidade em estudar uma problemática. As descobertas feitas, devem ser compartilhadas para toda a comunidade, possibilitando debates de conhecimento. Na maioria das vezes a pesquisa básica tem como base a revisão bibliográfica de conteúdos já existentes sobre o tema estudado.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica, se baseia em livros, periódicos, sites, jornais e artigos acadêmicos que já estudaram o tema do proposto. Pesquisa bibliografia, é considerada como a etapa inicial, tanto de um artigo acadêmico ou então um trabalho de conclusão de curso. O enfoque principal é reunir informações e dados para a construção ou investigação da problemática proposta pelo tema. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2007, p.44).

Porém, esse tipo de pesquisa não interfere de maneira imediata nas causas da problemática abordada, apenas reúne conhecimento e amplia a visão da comunidade ou grupo em que o estudo é direcionado. De acordo com Fonseca (2002) o procedimento de pesquisa científica possibilitam o entendimento de uma realidade. Segundo este autor, a pesquisa é resultado de um inquérito minucioso, que é realizado com um foco em resolver um problema através de procedimentos científicos. Para o desenvolvimento de um estudo é essencial definir o método que será utilizado. Com base nas características do projeto, é possível escolher vários tipos de pesquisa, podendo juntar o qualitativo e o quantitativo. Quanto ao método explicativo,

ele se baseia em identificar as causas de um fenômeno. De acordo com Gil (2007) esse método é conhecido por explicar o “o porquê” das coisas.

Por sua vez, a pesquisa quantitativa, conforme explica Fonseca (2002), [...] ela se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc.

A pesquisa bibliográfica, de natureza quantitativa, com análise de artigos, livros, jornais, sites e jornais e periódicos já publicados sobre o tema proposto. Portanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o impacto da inflação no poder de compra, e a desvalorização da moeda, abordando as principais variáveis sobre o assunto.

4 Resultados e discussões

A tabela a seguir tem como base um estudo realizado por Murça (2020) que demonstra a trajetória e a evolução da moeda no Brasil. Antes do real se torna a moeda vigente até os dias atuais, o Brasil passou várias mudanças de política monetária. Esses tinham em comum objetivo De controlar os índices de inflação e conseguir estabilizar a economia. Cada política adotada tinha um padrão monetário a ser seguido, esses padrões influenciam a economia de uma maneira geral.

Tabela 01 – histórico das cédulas utilizadas no Brasil

Réis período colonial a 1942	Cruzeiro 1942-1967	Cruzeiro Novo 1967-1970

Cruzeiro 1970-1986	Cruzado 1986-1989	Cruzado Novo 1989-1990
		
Cruzeiro 1990-1993	Cruzeiro Real 1993-1994	Real de 1994 até os dias atuais
		

Fonte: Banco Central do Brasil, cédulas produzidas

No início do período da colonização portuguesa, o Brasil não possuía uma moeda oficial. Segundo Murça (2020), o comércio entre nativos e estrangeiros, em grande parte europeus, era feito por um sistema de trocas, eram utilizados, pau-Brasil, açúcar, fumo entre outros. Já avançada a colonização, começou a circular pelo país as primeiras moedas trazidas pelos estrangeiros, seguindo o padrão monetário da metrópole. Mesmo com a independência do Brasil, o Réis se manteve, somente a gravura das cédulas e moedas sofreram alteração. A primeira mudança do padrão monetário foi a criação do Cruzeiro. A nova moeda veio para unificar os 56 diferentes tipos de cédulas que estavam em circulação no país.

A desvalorização do Cruzeiro em 1967 de acordo com Murça (2020) fez com que a moeda fosse substituída mesmo que temporariamente pelo Cruzeiro Novo. De acordo com informações disponibilizadas pelo Banco Central, o Cruzeiro foi criado com objetivo de vigorar até as novas cédulas do Cruzeiro entrarem em circulação e a sociedade se adaptar ao corte de três zeros. Cédulas de 100 cruzeiros antigos carimbados no valor de 10 centavos do Novo Cruzeiro. As cédulas foram carimbadas com novos valores e reutilizadas como Novo Cruzeiro.

Um Cruzeiro novo (CR\$ 1,00), correspondia a mil cruzeiros antigos R\$ 1.000,00. Logo após a reforma monetária, a moeda brasileira voltou novamente a se chamar Cruzeiro.

Em 1980 os índices de inflação voltaram a subir, chegando a 100% de desvalorização. O Cruzeiro foi substituído pelo Cruzado. Evidenciou Murça (2020) em seu estudo que no Plano Cruzado, do governo José Sarney, um cruzado CR\$ 1,00 equivalia a mil cruzeiros CR\$ 1.000,00. Poucos anos depois, os índices de inflação continuaram a subir, o presidente, na época José Sarney, resolveu fazer outra reforma monetária.

O cruzado foi substituído pelo Cruzado Novo, que novamente tinha três zeros a menos. Em 1990, o Cruzeiro volta a ser moeda nacional, pela terceira vez. Não houve corte de zeros. A troca da moeda fazia parte do Plano Collor para conter a crise econômica, alavancada por uma hiperinflação de 1700% ao ano. Após a renúncia de Collor, o vice-presidente Itamar Franco, fez uma nova reforma monetária. O cruzeiro saiu de cena e foi instituído o Cruzeiro Real, novamente reduzindo três zeros nas cédulas. Em 1994, se consolidou o projeto econômico Plano Real, feito pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, ainda no governo Itamar Franco. O Plano Real tinha como objetivo conter a hiperinflação, ou inflação galopante, que assolava o país há muitos anos.

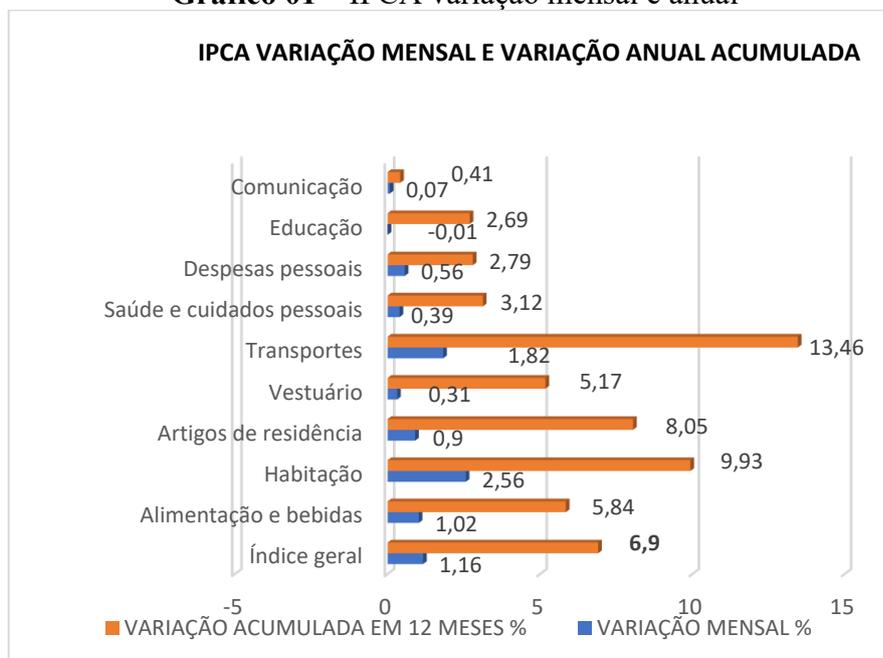
Apesar do Plano Real ter conseguido estabilizar a economia por muitos anos, no ano de 2020 o real foi considerado como uma das moedas mais desvalorizadas no mundo. Em uma matéria do G1, economistas explicam que dificuldade do governo para equilibrar contas e fazer a economia crescer torna investimentos aqui mais arriscados. Juros baixos também explicam desvalorização. Além da crise global causada pela pandemia de covid-19, a escalada da moeda americana no Brasil está relacionada com a recente crise política entre o Executivo e dos demais poderes, o Legislativo e o Judiciário. Na visão dos analistas, além da crise na saúde e na economia enfrentadas por todos os países, o Brasil ainda precisa lidar com um cenário político turbulento, problemas fiscais, falta de reformas e fuga do investidor estrangeiro da bolsa de valores. Em suma, as políticas monetárias podem ser definidas como:

O conjunto de medidas que um governo adota e que visa o controle da oferta da sua moeda na economia, ou seja, a sua liquidez. Dessa maneira, esse tipo de política praticada pelo Estado pode impactar diretamente a inflação e a taxa de juros de um país. E assim, impactar diretamente a economia (REIS, 2021).

No Brasil algumas crises foram atribuídas a administração ineficaz com a relação às políticas monetárias. As políticas monetárias são importantes para conter crises, mas se

usadas incorretamente, o que pode ser a solução, pode gerar uma problemática econômica ainda maior.

Gráfico 01 – IPCA variação mensal e anual



Fonte: IBGE 2021, índices de inflação

O IPCA é o indicador oficial que mede a inflação brasileira. Esse indicador fornece dados sobre o consumo das famílias com orçamentos de 1 a 40 salários-mínimos. Com a análise desse indicador é perceptível compreender se houve valorização ou desvalorização da moeda. Com o índice de inflação muito alto, os consumidores acabam perdendo o seu poder de compra, o choque de oferta e demanda gera o desabastecimento de produtos, a crise hídrica provoca o aumento de luz e a valorização do petróleo no mercado internacional eleva o preço do combustível e o incentivo à exportação, a quantidade de matéria prima ofertada para a fabricação de um determinado produto não supra a demanda, fazendo com que os preços subam de forma continuada. No primeiro gráfico demonstrado acima, construído com dados extraídos do IBGE, evidencia-se um índice de inflação acumulada de 6,90% no mês de setembro do ano de 2021. O problema a seguir mostra como a inflação afeta o orçamento das famílias.

Exemplo Prático:

Uma família gastava R\$ 1.500,00 com alimentação em 2020. Em setembro de 2021, o IPCA acumulado anual chegou a 6,90%. Quanto essa família passou a gastar com alimentação?

RESOLUÇÃO:

1500 100%

X 6, 90%

1.500,00 X 6,90%

100

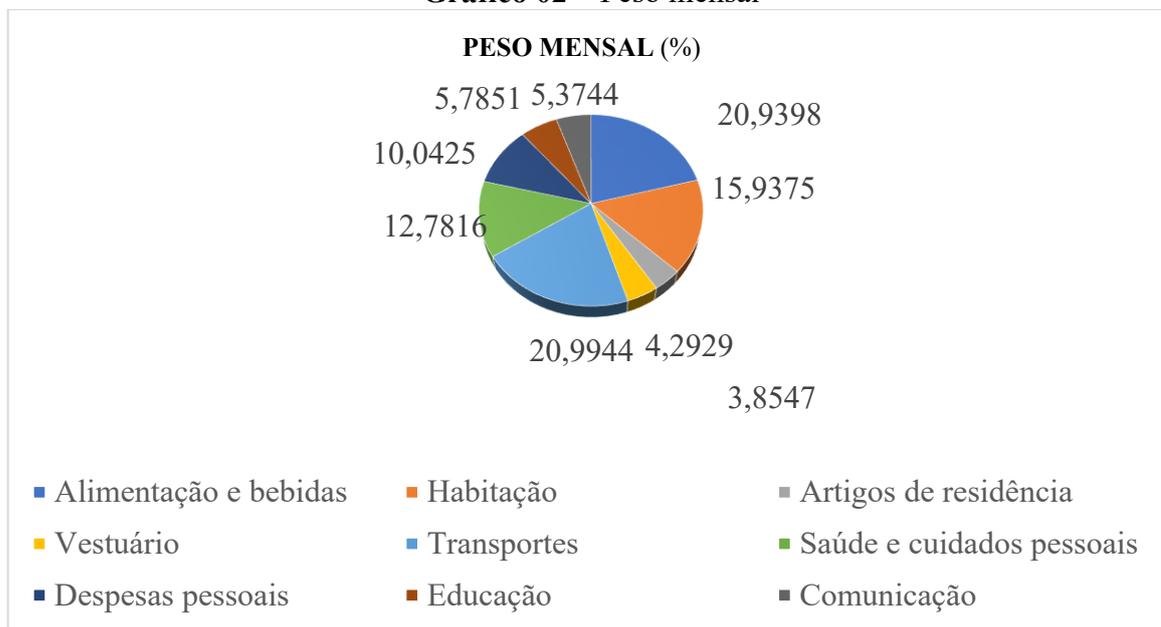
X = 103,50

O valor corrigido exato corresponde a R\$ 1.603,50, tendo como base para o cálculo a inflação acumulada anual.

Ao ir ao supermercado, o consumidor consegue ter uma ideia de alguns produtos que subiram de preço e outros que ficaram mais baratos ao longo do mês. Ao deixar o caixa, ele sente no bolso se houve aumento ou queda no preço total da compra. Ao longo dos meses, poderá avaliar se há um aumento sustentado no preço desses itens, que pode vir a consumir uma parte maior do seu rendimento (CORACINNI, 2021).

A partir dessa visão, evidencia -se que o IPCA é medido de maneira similar, porém o IBGE pesquisa o preço de vários itens em milhares de estabelecimentos. Além de esclarecer as oscilações dos preços, o IPCA é fundamental para que o governo faça mudanças quanto a sua política monetária e adotem medidas de contenção com base nas pressões inflacionárias. A alta isolada de determinado bem ou serviço não pode ser considerada como inflação geral, pois esse indicador tem como objeto o preço dos itens básicos de consumo avaliados por grupo. No gráfico a seguir é demonstrado o peso mensal de cada gasto dos grupos abrangidos pelo IPCA.

Gráfico 02 – Peso mensal



Fonte: IBGE, índice de inflação 2021

O IPCA é o indicador oficial que mede a inflação brasileira. Esse indicador fornece dados sobre o consumo das famílias com orçamentos de 1 a 40 salários-mínimos. Com a análise

O segundo gráfico demonstra o peso mensal de cada item, abrangido pelo IPCA. De acordo com as informações levantadas pelo IBGE, os gastos com alimentação e transporte são os que mais pesam no orçamento das famílias. A retomada gradual da indústria ainda não é o suficiente para suprir a demanda, onde acaba surgindo a inflação de demanda, a procura por determinado produto aumenta e quantidade ofertada não é suficiente para atender o mercado, ocasionando o aumento desse produto. O preço do combustível no Brasil segue os parâmetros internacionais, em conjunto com as alíquotas estaduais de ICMS, tudo isso contribui para o aumento do preço na bomba. Os gastos com habitação também subiram, devido ao aumento na tarifa de energia, provocada pela crise hídrica, ocasionada pela baixa capacidade das usinas hidroelétricas e ativação das termelétricas, onde os custos são repassados diretamente para o consumidor. Gastos saúde tiveram um aumento considerável, devido à procura de alguns itens de higienização como o álcool em gel, essencial na prevenção contra a COVID 19.

Entretanto, alguns economistas defendem a problemática de que a inflação atualmente não é só um problema do Brasil. O atual ministro da economia Paulo Guedes, em uma fala para o site G1 diz que a inflação é considerada como um problema global devido à pandemia. Segundo o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro a quarentena fez com que o nível

de inflação subisse, pela paralisação de atividades consideradas não essenciais prejudicando a indústria e a economia nacional, aumentando o número de desempregados.

Alguns estudiosos têm em tese que os indicadores oficiais de inflação não retratam a realidade econômica. De acordo com um material elaborada por Stange (2021) existe uma distinção entre inflação pessoal e inflação oficial. A inflação pessoal considera padrão de consumo das famílias, o número de moradores por residência e a região em que residem. Vale enfatizar que a inflação oficial é definida como o aumento dos níveis de preço e sempre esteve presente no dia a dia, sendo percebida nos reajustes de mensalidades escolares, nos produtos mais caros do supermercado e o aumento nas contas de energia, água dentre outros.

Considerações finais

Portanto, ao realizar o presente estudo, obteve-se a percepção como a inflação pode prejudicar a economia de um país, diminuindo o poder de compra dos agentes econômicos, provocando a desvalorização da moeda, analisou-se também o peso da inflação sobre o consumo das famílias brasileiras. Os resultados obtidos evidenciam que os planos econômicos implementados no Brasil antes da consolidação do Plano Real, não surtiram o efeito esperado, isso explica o porquê de tantas mudanças de moeda, tendo como fator agravante os períodos inflacionários vivenciados no Brasil até os anos 1990. A pesquisa realizada contribui para todas as esferas de uma maneira geral além da comunidade acadêmica, profissionais da administração, contabilidade e economia, de maneira a incentivar a sociedade a estudar e compreender sobre o assunto abordado.

A problemática proposta se justificou em levar as mais diversas camadas da sociedade, uma vez que todas elas são afetadas pelos índices de inflação. Esse problema tem um poder corrosivo ainda maior para as famílias de baixa renda, por não possuírem recursos de defesa durante um período de crise. O IPCA, sendo o índice oficial de inflação no Brasil, evidencia que o orçamento das famílias brasileiras está concentrado em seu maior peso, na aquisição de itens e serviços que são básicos para sobrevivência. Alimentação, habitação, transporte, saúde e transporte são os grupos que mais sofreram alta, juntos podem corresponder 50% do orçamento das famílias brasileiras. Em linhas gerais, a saúde financeira/econômica de um país está afeta o consumo da população, pois o poder de compra dos agentes econômicos varia de acordo com os índices de inflação. Durante um período de recessão econômica, nem sempre

inserir mais moeda na economia, ou adotar políticas monetárias que incentivam o consumo é a solução para um momento

Vale enfatizar que as informações demonstradas no presente artigo por se tratar de indicadores econômicos, podem variar de acordo tempo. Entretanto, as limitações da pesquisa não diminuem a relevância do tema atrelado ao problema proposto. Os objetivos e a problemática proposta foram esclarecidos de maneira a evidenciar através da mensuração de informações e conhecimento teórico que a inflação atinge sem exceção todas as esferas da economia. Partindo desse ponto de vista, é necessário o estudo macroeconômico do assunto em pesquisas futuras, para compreender como funciona a economia de um país, esmiuçando a forma como o governo, através das políticas monetárias, definem a meta de inflação, para estabilização da economia, assim como o Banco Central regula a quantidade de moeda em circulação.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. Rio de Janeiro. Editora: Atlas, 2021. 15 ed.

BCB – **Banco Central do Brasil**. Cédulas Produzidas. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cedulasemoedas/cedulasemitidas> Acesso em: 21 nov. 2021

CARRETE, Lilian Sanchez; TAVARES, Rosana. **Mercado Financeiro Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Editora: Atlas, 4 ed. 2007.

CORACINNI, Raphael. **IPCA: o que é e como é calculado o principal índice de inflação do país**. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.cnnbrasil.com.br/business/ipca-o-que-e-e-como-e-calculado-o-principal-indice-de-inflacao-do-pais/%3famp> Acesso em 25 nov. 2021

G1, Economia. **O que é a inflação**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/inflacao-o-que-e/platb> Acesso em 03 out. 2021

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MARQUES, Vanessa. Inflação. **Jornal Contábil**. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/inflacao-quis-os-tipos-de-inflacao-existent-no-mercado/?amp> Acesso em: 10 out. 2021

MURÇA, Geovana. **Quero Bolsa.** Disponível em: Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/dos-reis-ao-real-quantas-moedas-o-brasil-ja-teve> Acesso em 21 nov. 2021

NUNES, Felipe. Inflação em alta sufoca o orçamento das famílias e reduz o poder de compra. **DIÁRIO DA REGIÃO.** Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.diariodaregiao.com.br/economia/inflac-o-em-alta-sufoca-orcamento-das-familias-e-reduz-poder-de-compra-> Acesso em: 15 nov. 2021

REIS, Tiago. Suno Artigos. **Fundos de inflação:** entenda o que eles são e como eles funcionam. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/fundos-de-inflacao/amp/> Acesso em 16 out. 2021.

REIS, Tiago. Suno Artigos – **Casa da moeda:** conheça a instituição que fabrica o papel-moeda no Brasil. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/casa-da-moeda/amp/> Acesso em: 23 out. 2021

REIS, Tiago. Suno Artigos – **Política Monetária:** o que é e como ela funciona. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.suno.com.br/artigos/politica-monetaria/amp/> Acesso em: 20 nov. 2021

STANGE, Carol. O que é inflação pessoal e por que você precisa saber disso. **Carol na Mídia.** Disponível em: <https://carolstange.com.br/inflacao-pessoal/> Acesso em: 25 nov. 2021

SIDRA IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** IPCA Índice de Preço do Consumidor Amplo. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/outubro-2021> Acesso 31 nov. 2021

VASCONCELLOS, Marcos Antônio Sandoval; GARCIA, Manoel Enriquez. **Fundamentos da economia.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

VENTURA, Manoel. Inflação é uma questão global. **Jornal O Globo.** Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/inflacao-questao-global-diz-guedes-precos-estao-subindo-em-todo-mundo-1-25229782%3fversao=amp> Acesso em: 10 out. 2021

VICECONTI, Paulo Sérgio; NEVES, Silvério. **Introdução à Economia.** 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 11 ed.

OLIVEIRA, João José. Inflação mais alta no Brasil é culpa do governo. **UOL economia.** Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/22/inflacao-mais-alta-no-brasil-e-culpa-do-governo.amp.htm> Acesso em: 15 nov. 2021